



## **AVANÇOS E DESAFIOS DA LEI MARIA DA PENHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Maria Inês Nunes Barcelos<sup>1</sup>, Ana Rita Costa Coutinho, Ana Paula Regus Schuster, Andréia Mendes dos Santos, Francisco Ialá, Geovana Prante Gasparotto, Jaina Raqueli Pedersen, Jaqueline Goulart Vincensi, Sônia Maria Almeida, Patrícia Krieger Grossi<sup>2</sup> (orientador)

*Faculdade de Serviço Social, PUCRS*

### **Resumo**

A violência doméstica e familiar é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças. Ainda que seja um fenômeno reconhecidamente presente na vida de milhões de brasileiras, não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude deste fenômeno. A presente pesquisa tem por objetivo verificar os avanços e desafios na implementação das políticas de enfrentamento a violência doméstica contra a mulher a partir da Lei Maria da Penha. Estudo de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e referencial dialético-crítico. A metodologia utilizada consistiu no mapeamento dos CREAS, CRAS e demais serviços oferecidos à mulher. As técnicas e instrumentos utilizados foram: entrevistas com os profissionais, gestores e grupos focais com as mulheres em situação de violência doméstica. Definiu-se 12 municípios como campo de estudo. Os dados qualitativos estão sendo submetidos à análise de conteúdo com recorte temático com base em Bardin (1977). Até o momento foram realizadas dezenove (19) entrevistas com os profissionais e onze (11) grupos focais, totalizando 116 sujeitos. Percebe-se nas falas das mulheres que a Lei Maria da Penha foi um avanço na proteção. Apesar de significar “respeito” para elas, afirmam que os homens,

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social. Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS.

<sup>2</sup> Assistente Social; Doutora em Serviço Social; professora do Curso de Serviço Social da PUCRS; coordenadora do NEPEVEDH (Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos – FSS/ PUCRS).

autores de violência contra mulheres “desrespeitam” as medidas protetivas, porém “alguns temem a lei”. Isto revela a complexidade em torno da questão e a necessidade de políticas públicas intersetoriais que garantam a segurança da mulher em risco de vida, como casas-abrigos, entre outras, uma vez que medida cautelar de afastamento não é sempre garantia de proteção. Nas falas das mulheres do estudo, ficam presentes várias expressões de violência tipificadas na Lei Maria da Penha, especialmente a violência psicológica, violência moral e sexual. Os resultados indicam que a Lei foi um avanço na proteção das mulheres, mas existe a necessidade de uma maior articulação intersetorial entre as diversas políticas públicas para atendimento das demandas apresentadas pelas mulheres. Conclui-se também que a rede é fragilizada e não consegue romper com as situações de opressão no cotidiano das mulheres atravessadas por clivagens de gênero, raça/etnia e classe social.